



COMISSÃO DE ECONOMIA, OBRAS PÚBLICAS, PLANEAMENTO E HABITAÇÃO
XV LEGISLATURA
1.ª Sessão Legislativa

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS

PETIÇÃO N.º 7/XV/1.ª — «Constituição da Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar (Legislatura 2022/26)»

DIA: 19 de outubro de 2022

HORA: 14:00

SALA: 3

1.º Peticionário: José Ribeiro e Castro

ASSUNTO: Constituição da Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar (Legislatura 2022/26)

DEPUTADOS PRESENTES:

Deputados Carlos Eduardo Reis (PSD), Relator, Hugo Carvalho (PS), António Topa Gomes (PSD), José Carlos Barbosa (PS), Jorge Botelho (PS), Filipe Melo (CH), José Rui Cruz (PS), Carlos Pereira (PS) e Salvador Formiga (PS)

PREOCUPAÇÕES EXPRESSAS NA AUDIÇÃO:

Os peticionários começaram por agradecer a possibilidade de serem ouvidos pelos Senhores Deputados.

O **1.º Peticionário, José Ribeiro e Castro**, agradeceu à Assembleia da República e, em especial, à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação a oportunidade da audição concedida para procurar sensibilizar os Senhores Deputados para os argumentos apresentados pelos peticionários.

Referiu ser esta uma petição verdadeiramente transversal e que apenas terá êxito se conseguir esse apoio transversal, procurando dar resposta a um problema sério quanto ao tratamento político da questão do mar.



Disse que o mar é um dos nossos recursos estratégicos fundamentais, alimenta muito a nossa história, a nossa mentalidade, o nosso espírito e também a nossa economia, que tem vindo a desenvolver-se depois de um período de crise. A economia do mar tem vindo a crescer nos últimos anos e o mar é ele próprio uma questão imensa, bastando olhar para o mapa e para a geografia para se conhecer a dimensão que poderemos adquirir quando todo o território marítimo e a sua Zona Económica Exclusiva estiverem definidos e a importância que isso poderá ter para o nosso futuro. Apesar disso, o mar parece que é, no desempenho político, um brinquedo incómodo, não sabe onde é que está e onde é que se põe.

Assim sendo, o mar é manifestamente um tema na governação, um tema mal tratado e que não é fácil, justamente porque é uma matéria transversal. A existência do Ministério do Mar foi uma opção que já se fez e de certa maneira hoje isso também acontece com o Ministério da Economia e do Mar, o que não resolve o problema porque, do ponto de vista da superintendência e da direção administrativa, cabe ao Ministério do Mar um conjunto limitado de matérias, que sempre estiverem fora da área das pescas, por vezes separadas da agricultura mas outras vezes nem sequer se separa as pescas da agricultura, que é sua pertença administrativa mais tradicional. Há todo um conjunto de áreas que têm a maior importância para o desenvolvimento das políticas marítimas e que estão desgarradas numa série de ministérios, como é o caso dos transportes marítimos e dos portos.

Áreas como o desporto náutico, a sensibilização escolar para as questões do mar, a investigação científica do mar, a política europeia do mar a política externa portuguesa nas Nações Unidas nessa área são matérias da maior importância para a gestão das políticas marítimas que não tem resposta no atual quadro político.

Quanto às Comissões Interministeriais, todos nós sabemos o que lhes acontece, há um fogacho ao longo de seis meses, ao fim desse tempo apaga-se e os Ministérios que não tutelam esta área em concreto têm tendência a desvalorizar este tema. O Ministro do Mar, o Secretário de Estado do Mar que tutela a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar andam numa «pedinçice» aos colegas, «trate-me lá daquilo, veja lá se presta um pouco de atenção», e depois o Ministro da Educação, o Ministro da Ciência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros ou o Ministro da Defesa têm mais que fazer e há aqui toda uma desvalorização.

Defendem os peticionários que é indispensável dar visibilidade política conjunta, agregada à matéria do mar, independentemente dos Ministérios e das Secretarias de Estado a que estão afetos segmentos daquela matéria, porque eles conhecem o



funcionamento das políticas parlamentares, sabem que elas têm bastante facilidade de fazer o tratamento holístico destas questões, ou seja, harmónico, integrado.

Portanto, quer para os partidos do Governo quer para os partidos da oposição tem de haver um tratamento articulado das questões do mar, permitindo a valorização dos segmentos que hoje estão bastante abandonados.

É convicção dos peticionários que a Comissão terá condições para dar um impulso forte, um fôlego novo à abordagem da questão do mar pela Assembleia da República, pelo Governo e pelo País. Se houvesse uma Comissão do Mar os partidos teriam a sensibilidade suficiente para designar para esta Comissão do Mar quadros políticos de grande valor, porque é uma matéria que assim o exige, o que faria ascender na escala política o tratamento das questões do mar a um nível considerado estratégico para o futuro do País.

Por outro lado, a simples existência da comissão também daria alguma continuidade aos grandes temas estratégicos políticos nesta matéria, à definição das políticas de Legislação em Legislação, o que daria uma grande segurança a todos os atores que na sociedade civil, na economia, nas Forças Armadas e no ensino trabalham nesta área. A solenidade e continuidade da comissão já prestaria só por isso um enorme serviço às políticas marítimas em Portugal.

Referiu também que, do ponto de vista externo, Portugal tem de defender os seus interesses, sendo que o grau de consciência na opinião pública e dos centros de decisão baixo. Logo, essa consciencialização poderá passar por este tipo de mecanismos.

Para concluir, adiantou que a 6.ª Comissão, comissão essencial para arrumar na prateleira do Estado uma matéria que para Portugal é de uma importância transcendente, poderia dar, através do seu poder de fiscalização, um papel fundamental à governança dos assuntos do mar, conferindo um papel de prestígio ao Parlamento.

De seguida, foi dada a palavra aos Senhores Deputados dos Grupos Parlamentares que se tinham feito representar na audição de peticionários.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Hugo Carvalho (PS), disse que o tema hoje apresentado pelos peticionários que recolhe a aceitação de todos os Deputados, que consideram o tema do mar extremamente importante e merecedor de destaque naquilo que é o contexto da atuação política, o desenvolvimento das instituições governativas e da Assembleia da República.



Transmitiu que também é importante reconhecer que o próprio Governo, na sua ação governativa, deu corpo a um Ministério do Mar, algo que até então não existia, dando assim um passo significativo neste mesmo desígnio de valorização do mar.

Sublinhou, no entanto, que convém ter presente que quando o Parlamento define em Conferência de Líderes quais as comissões permanentes que irão fiscalizar a atividade do Governo durante uma legislatura tem que fazer determinadas opções para conseguir dar espaço que os partidos com menor representação parlamentar possam fazer o acompanhamento político dos temas. Se os recursos fossem ilimitados, a existência de uma Comissão Permanente para os Assuntos do Mar poderia ser evidentemente uma mais-valia, mas a verdade é que o Parlamento tem de fazer opções relativamente ao número de comissões. Concluiu este ponto, afirmando que todos defendem o desígnio da valorização das políticas do mar, mas que é impossível criar mais uma comissão no funcionamento orgânico dos trabalhos da Assembleia da República.

O Senhor Deputado António Topa Gomes (PSD) disse concordar com o Deputado Hugo Carvalho (PS) e que considera que a questão do mar é quase uma questão de soberania e absolutamente estratégica para o País. Nesse sentido, todos temos de dar sinais da importância da continuidade estratégica do mar para um país como Portugal.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Filipe Melo (CH) salientando que ninguém duvida da importância do mar, sobretudo para um país pequeno como o nosso. Disse que o mar se reveste de uma importância ímpar, além de que foi através dele que começámos a nossa expansão marítima para outros pontos do globo e é ancestralmente um dos principais recursos naturais do nosso país. Tendo esta importância toda, não podemos escamotear a sua dimensão política, mas a verdade é que para os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e até do Chega não seria de todo impossível de conciliar a existência de mais uma comissão parlamentar, mas há outros grupos muito mais pequenos que teriam certamente dificuldade em acompanhar essa comissão. À parte disso, considera que a nível governamental a matéria relativa ao mar está mal distribuída.

Tornou a usar da palavra o **1.º Petitionário José Ribeiro e Castro**, que agradeceu as intervenções proferidas, referindo também já conhecer os argumentos apresentados, mas que confia que um dia eles poderão ser vencidos atendendo à importância e necessidade de dar esse passo.

Concluiu afirmando que este tipo de estrutura do Estado fragmentado impede o tratamento deste tema de uma forma articulada, estando nós, assim, impedidos de tratar de uma forma articulada todos os temas ligados ou pertencentes à política do mar, na medida em que os mesmos estão segmentados nas áreas da administração pública e não



há nenhuma instância que os reúna e os ponha em debate. Considera que o Parlamento tem essa potencialidade e, no seu entender, deve usá-la em benefício do País.

Finalmente, o Sr. Deputado relator agradeceu a presença dos petionários, informando-os sobre os trâmites subsequentes à apreciação da petição.

Palácio de São Bento, em 20 de outubro de 2022

A Assessora da Comissão

(Inês Maia Cadete)